



CONFERÊNCIA

Título: ATUAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO DA ÁREA DE AUDIOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tema: Atuação do fonoaudiólogo da área de audiologia nas políticas públicas

Palestrante: ROBERTA ALVARENGA REIS

As políticas públicas se constituem enquanto campo de estudos das ciências políticas e já possuem graduações voltadas exclusivamente ao bacharelado nessa área do conhecimento, dada a sua importância para a sociedade. É uma área bastante dinâmica, que atua na tomada de decisão e na qual são formuladas as propostas do Estado, que visam promover o fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem estar social e dos direitos humanos e ambientais, por meio da redução das desigualdades e melhoria das condições de vida da população. Na saúde, pode-se destacar a constituição federal de 1988 como um grande marco para o avanço das políticas públicas, no que se refere às ações de promoção, prevenção de agravos e reabilitação em saúde, seguida da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e muitas legislações para orientar e regulamentar o funcionamento dos serviços. As demandas e necessidades são identificadas, dados epidemiológicos analisados para a definição de áreas de maior relevância e estratégias de intervenção, a fim de estabelecer diretrizes, ações, metas, responsabilidades, recursos financeiros e instrumentos de avaliação e controle que possam solucionar os problemas. Os profissionais de saúde devem conhecer e divulgar as políticas públicas que fazem interface com o seu campo de atuação, independente desta ocorrer no âmbito público ou privado, bem como acompanhar a adequada execução e impacto. Desta forma, podem estruturar as ações de seu trabalho em conformidade com as expectativas do governo e da sociedade civil organizada. Na área de audiologia, houveram grandes avanços, principalmente nos anos 2000, a partir da Política Nacional de Saúde Auditiva e seus desdobramentos em todo ciclo de vida (triagem auditiva neonatal, programa de saúde na escola, concessão do sistema de frequência modulada para estudantes, estatuto da pessoa com deficiência, legislação sobre a língua brasileira de sinais e a presença de tradutores-intérpretes em diferentes cenários, na saúde do trabalhador, no núcleo de apoio à saúde da família e nos centros especializados de reabilitação). Além das políticas já instituídas, o reconhecimento de datas que marcam questões relativas à surdez e deficiência auditiva ou que celebram ações de promoção de saúde auditiva voltadas ao ruído urbano constituem um importante arcabouço de ferramentas para o fonoaudiólogo. Ao considerar a formação, é importante resgatar as diretrizes curriculares nacionais e os contratos organizativos de ação pública ensino-saúde, para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no SUS. Os serviços possuem dados e dificuldades diversas para a realização de seu trabalho. A universidade precisa de cenários de práticas para a formação acadêmica de graduação e residência e pode contribuir com pesquisas que tragam evidências que facilitem a comunicação com o gestor e a construção das políticas. Esta apresentação tem como objetivo relatar experiência de integração ensino-serviço para o fortalecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e refletir sobre outras possibilidades de parceria que contribuam para a melhoria da atenção em saúde e dos processos de trabalho.

Dados de publicação

Página(s) : 1221

http://www.audiologiabrasil.org.br/eia/anais/anais_select.php?atividade=5&id_convite=1221

ISSN : 1983-179X